

Exmo. Senhor Representante da República,

Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, Excelências;

Antigo Presidente da Assembleia da República e Primeiro Presidente do Governo Regional dos Açores,

Exmas. Senhoras e Senhores Membros do XIII Governo da Região Autónoma dos Açores,

Exmos. Antigos Presidentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Exmo. Senhor Antigo Presidente do Governo Regional dos Açores,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Horta,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados,

Exmo. Senhor Ouvidor Eclesiástico da Ouvidoria da Horta, em representação do Senhor Bispo de Angra e ilhas dos Açores, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Gabinete da Presidência

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Açorianas e Açorianos,

A vossa presença hoje, aqui, é mais do que perpetuar um simples ritual simbólico, que se tem repetido no normal desenrolar dos ciclos legislativos, desde que a tomada de posse do Governo do Regional passou a realizar-se nesta sala plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Assistir ao ato solene de empossamento de um novo Governo é ter o privilégio de assistir ao desenhar da nossa história autonómica, desta vez num momento particularmente marcante.

Nunca um Governo Regional dos Açores tomara posse no meio de uma crise pandémica.

Nunca o primeiro ato de um Presidente do Parlamento açoriano fora garantir que uma Assembleia, recém-empossada e ainda não plenamente constituída, se pronunciasse sobre a renovação de um Estado de Emergência Nacional.



Nunca tivéramos de reduzir, drasticamente, o número de convidados, nem de esvaziar o plenário de calor humano, para uma cerimónia da maior nobreza e solenidade.

Nunca tivéramos de fechar as portas à circulação de público, numa casa que é de todos e se quer para todos.

Mas, infelizmente, os tempos já não são como eram antes. E nem se espera que o sejam tão cedo, a ver pela evolução da situação pandémica em todo o País, e, em particular, nalgumas ilhas da nossa Região.

Ainda assim, e mesmo sabendo que vos era mais fácil ficar na segurança dos vossos lares, não hesitastes em responder ao chamado autonómico para dizer presente, e por isso vos agradeço.

Aos que habitualmente seriam convidados para assistir a esta cerimónia, em modo presencial, aos que gostariam de aqui estar e não puderam, por força de todas estas circunstâncias, bem como a todos os Açorianos que nos acompanham de forma virtual, dentro e fora dos Açores, espalhados pelas nossas comunidades em todo o mundo, o meu especial cumprimento.

Senhoras e senhores,



Ditaram os resultados eleitorais, do passado dia 25 de outubro, que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saltasse da

obscuridade, a que muitos insistem em remetê-la, ganhando a visibilidade que se espera do verdadeiro Órgão representativo de todos os açorianos, estejam eles perdidos na pequenez da sua ilha ou noutras "califórnias da abundância", como diria o poeta florentino, Pedro da Silveira.

Infelizmente, o contexto económico e social dos dias que vivemos convoca-nos para uma realidade muito menos poética, onde a retórica política tem de estar à altura do desafio que os açorianos nos lançaram nas urnas, deixando nas mãos, de cada um dos eleitos para esta Assembleia, um papel central no desempenho deste Órgão Maior da Autonomia.

Em democracia, por um voto se perde e por um voto se ganha. Um dito que o senso comum tornou popular, e que, no contexto político desta legislatura, ganhou todo um peso inesperado, como provou a minha recente eleição como Presidente deste parlamento, num momento crucial para a definição do nosso futuro.

Senhoras e senhores deputados,



Estamos todos cientes da complexidade do quadro político que aqui nos trouxe.

Enquanto Presidente por vós eleito, sinto-me obrigado a relembrar que a responsabilidade que nos cai sobre os ombros é um compromisso de honra que transcende o juramento que todos fizemos.

Não podemos fazer tábua rasa do princípio da separação dos poderes, que está na base da constituição democrática do sistema parlamentar.

Esta Assembleia Legislativa não pode, nunca, estar subalterna ao Governo, que dela emana e que por ela é fiscalizado.

Num quatro político complexo como este, é fundamental que cada um de nós se transcenda nas suas funções, disponibilizando-se para o diálogo e abrindo-se ao consenso nas soluções, fundamentais para o futuro coletivo dos Açores.

Se é certo que o debate comanda a vida política, não é menos certo que "o poder da palavra pode vencer a palavra do poder", como bem nos lembra Adriano Moreira, cuja citação nos remete para a importância da retórica da argumentação democrática, elevada a um patamar superior nesta Legislatura.



Dionísio Sousa, antigo Presidente deste parlamento, quando empossado nestas funções, em 1996, também num novo ciclo

governativo, disse que: "A coragem de assumir, em pleno, as consequências, do parlamentarismo puro que a Constituição da República desenha para as regiões autónomas era sinónimo e condição, da coragem de assumir, em pleno, a própria autonomia".

É ao seu repto que recorro, para vos garantir que, enquanto Presidente desta Assembleia, tudo farei para honrar a missão que me foi entregue, cumprindo todos os pressupostos democráticos que estão na base do nosso sistema político autonómico.

Por isso, afirmo que estarei particularmente vigilante quanto a atos e atitudes que contrariem o propósito de prestigiar o Órgão maior da nossa Autonomia, ou queiram retirar-lhe o lugar, a centralidade ou as competências.

Açorianas e Açorianos,

No seu discurso de tomada de posse em 2016, a Presidente cessante deste Parlamento, Deputada Ana Luís, a quem endereço os meus respeitosos cumprimentos, lembrou aqui, e muito bem, que: "A



Gabinete da Presidência

Autonomia é um processo inacabado e de permanente aprofundamento".

Isso significa, desde logo, no meu entendimento, não descurar a importância de completar a reforma da Autonomia, que, na última Legislatura, ocupou muitos debates e trabalhos políticos desta Casa, sem que a tenhamos conseguido terminar em tempo útil.

Urge, pois, retomar esse processo, agora até com mais premência.

Depois dos últimos resultados eleitorais, com tudo o que se disse e escreveu desde então, impõe-se também a devolução do respeito pelo Órgão maior da Autonomia, frequentemente desprezado e menorizado, quer por governantes sedentos de protagonismo, quer por cidadãos descontentes, que tantas vezes veem no debate político uma forma deturpada de fugir ao consenso alargado.

Num Estado que se quer democrático, numa região que se quer autonómica, é fundamental respeitar os representantes do Povo Açoriano, escolhidos de forma livre e democrática, eleitos para aqui falarem em seu nome.

Não é, pois, admissível que se queira quartar o direito a escolher, ou o direito a manifestar a diferença, ainda que essa diferença seja mais diferente do que muitos gostariam. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Gabinete da Presidência

E faço minhas as palavras proferidas pelo Presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, quando em 2015 tomou posse: "Todos estão convocados. Todos. Porque num Parlamento democrático nenhum – sublinho: nenhum – representante do Povo está à partida impedido de contribuir para o futuro. Assim como não há deputados de primeira e de segunda, coligações aceitáveis e outras banidas."

Senhoras e Senhores,

Ninguém disse que são fáceis os caminhos da Democracia. Como nunca foram fáceis os caminhos da Autonomia, tantas vezes sinuosos na conceção, defeituosos na construção, mas, ainda assim, virtuosos pela transformação de um Povo.

Um Povo que se estimou e superou tantas vezes nos desígnios da autogovernabilidade, ainda que muitas vezes tenha pecado por defeito de reconhecer as falhas prementes da sua própria governação.

Açorianas e Açorianos,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Gabinete da Presidência

Acabámos de iniciar solenemente um novo ciclo governativo.

Aos Governantes que agora cessam as suas responsabilidades, uma palavra de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, em nome de todos os açorianos, fazendo votos para que não se desliguem da causa pública.

Aos governantes que hoje entram em funções deixo uma palavra de força e resiliência para a tarefa que tendes em mãos, com a garantia de poderem contar sempre com a minha cooperação institucional, leal e transparente.

Em nome deste Parlamento, desejo-lhe a si, Senhor Presidente do Governo, e a todas as senhoras e senhores membros do seu Executivo, um bom trabalho. A bem dos Açores!

Esta Legislatura trará, certamente, desafios inesperados, e outros que podemos entrever de extrema complexidade, para a Região e para o País, como a gestão dos desígnios europeus.

Os Açores assumem nos próximos dias a Presidência das Regiões Ultraperiféricas, e Portugal assume, no primeiro semestre de 2021,



a Presidência da União Europeia, num contexto pandémico complicado e com um enredo de responsabilidades, que todos os dias se agigantam.

Da Região Autónoma dos Açores, espera-se que seja proactiva no aprofundamento das relações com as outras regiões europeias, que, tal como nós, lutam diariamente para se fazer ouvir no seio de uma Europa, muitas vezes surda aos apelos da lonjura e da ultraperiferia.

Mas também se espera capacidade para afirmar os Açores enquanto verdadeiro ativo geoestratégico, cuja localização confere ao País e à Europa uma maior dimensão marítima e atlântica.

Vamos trabalhar, também, para o aprofundamento das relações com os outros parlamentos portugueses, cuja ausência nesta Sessão não é, de forma alguma, sinal de desrespeito ou desprezo, mas tão só fruto das circunstâncias excecionais de Emergência Nacional em que o País se encontra.

No topo das prioridades desse estreitamento de relações tem de estar o aprofundamento dos desígnios da Autonomia e a reivindicação de maior celeridade dos processos legislativos regionais na Assembleia da República.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES Gabinete da Presidência

Senhoras e Senhores,

Podia aqui continuar numa lista interminável de desafios que todos temos pela frente. Sabemos que são muitos e todos urgentes.

Mas roga o tempo, e a praxe parlamentar, que não me alongue mais nesta intervenção, pelo que vou terminar, apelando, mais uma vez, ao sentido de responsabilidade de todos os que hoje assumem funções e de todos aqueles que, na semana passada, aqui prestaram juramento.

Servir a causa pública açoriana significa pôr à frente dos seus interesses os desígnios do Povo dos Açores, que em nós deposita todas as suas esperanças.

As expectativas, que já são habitualmente grandes, assumem todo um gigantismo perante o peso das circunstâncias pandémicas em que nos encontramos, deixando a Região Autónoma dos Açores ainda mais fragilizada do que qualquer outra região nacional.

Exigem-se, por isso, medidas imediatas e reformas profundas, para que possamos, todos, sobreviver ao tsunami económico-social



que sabemos já se ver no horizonte.

Senhoras e Senhores,

Encerro esta minha intervenção evocando o célebre dito de Churchill: "O sucesso não é definitivo, o fracasso não é fatal. É a coragem para continuar que conta".

Continuemos, pois!

Disse.